



**MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG**  
Procuradoria Geral.



**Ref: Processo Administrativo n.º 17.698/2017**

**Pregão Presencial n.º 51/2017**

**Órgão solicitante: SMA - Comissão de Pregão**

**Requerente: Vigibrás Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda**

**Presidente e equipe de apoio**

A Procuradoria Geral do Município, atendendo requerimento desta Secretaria Municipal de Administração- Comissão de Pregão, para pronunciar-se acerca do pedido de esclarecimento apresentada pela empresa Vigibrás Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda ao edital do pregão presencial n.º 51/2017 vem opinar na forma abaixo:

**1** - o edital dispõe em seu preâmbulo que este pregão será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL.

Logicamente só haverá um vencedor para todos os lotes.

**2** - *Mutatis mutandi*, cabe transcrever a doutrina de Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª ed., RT, 2016, São Paulo, págs. 1197/1198 )acerca do art. 65 da Lei 8.666/93 e a questão da elevação dos encargos trabalhistas:

*“10.15) A questão da elevação dos encargos trabalhistas*

*[...]*

*Jurisprudência do STJ*

*“1. É pacífico o entendimento desta Corte Superior no sentido de que eventual aumento de salário proveniente de dissídio coletivo não autoriza a revisão o contrato administrativo para fins de reequilíbrio econômico financeiro, uma vez que não se trata de fato imprevisível – o que afasta, portanto, a incidência do art. 65, I, d, da Lei 8.666/93. Precedentes.*

*2. A retroatividade do dissídio coletivo em relação aos contratos administrativos não o descaracteriza como pura e simples álea econômica.*

*3. Agravo regimental não provido”(AgRg no REsp 957.999/PE)[...]*

*Jurisprudência do TCU*

*“Ademais, avalio que futuros acordos e dissídios coletivos de trabalho, os quais elevam os encargos trabalhistas de empresa contratada, são eventos até certo ponto previsíveis no momento da apresentação das propostas na licitação, ou seja, a*



Prefeitura de  
Patos de Minas

Secretaria Municipal de

**Administração**

### **CONSIDERAÇÃO E DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR**

Diante das informações contidas no Pregão Presencial nº 051/2017, Processo nº 523/2017 e parecer jurídico, **DECIDO** pelo IMPROVIMENTO da impugnação interposta pela licitante **VIGIBRÁS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**

Patos de Minas, 20 de novembro de 2017

JOSÉ MARTINS COELHO  
Secretário Municipal de Administração



**Prefeitura Municipal de Patos de Minas**  
*Secretaria Municipal de Administração*  
*Comissão de Pregão Presencial e Eletrônico*

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

Pregão Presencial nº 051/2017- PROCESSO nº 523/2017- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PRIVADA PATRIMONIAL DESARMADA.

**Impugnante: VIGIBRÁS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA - PROCESSO Nº 17.698/2017**

Apresentou impugnação em 16/11/2017, sob o protocolo nº 17.698/2017 aos termos do edital epigrafado de forma tempestiva, o licitante **VIGIBRÁS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA** conforme prazos estabelecidos no item 03 do edital e na forma da lei.

Em síntese, a licitante elenca tal ilegalidade no edital:

- O edital dispõe em seu preâmbulo que este Pregão será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL;

- A data base da categoria de nossos profissionais é janeiro e até o a data de apresentação das propostas não se sabe qual o índice será aplicado para reajustar os salários dos vigilantes, DEVEMOS:

- a) Aplicar uma reserva técnica estimando este índice ou,
- b) Em janeiro quando estiver definido o percentual de reajuste salarial a Prefeitura irá conceder o reequilíbrio ao contrato de forma proporcional?

Após recebimento da impugnação, a Pregoeira encaminhou à Procuradoria Geral do Município- PGM, para análise e emissão de parecer jurídico acerca da alegação do recorrente, que se manifestou conforme documento anexo.

O Secretário Municipal de Administração, Sr. José Martins Coelho, analisou os fundamentos de tal, e DECIDIU pelo improvimento da impugnação, interposta pelo licitante **VIGIBRÁS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**.

Comunica-se que, a impugnação recebida, o parecer da PGM e a Decisão do Secretário de Administração - Autoridade Superior foram juntados aos autos e estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, das 12:00 às 18:00 horas.



000242

***Prefeitura Municipal de Patos de Minas***  
*Secretaria Municipal de Administração*  
*Comissão de Pregão Presencial e Eletrônico*

Patos de Minas, 20 de novembro de 2017.

  
**Daniela Fátima de Oliveira Magalhães**  
**Pregoeira**